

Liberdade e Poder em Amartya Sen: uma Leitura Crítica

Valter Lúcio de Oliveira¹

Resumo

Como fica evidente no título, este artigo apresenta uma análise crítica de algumas formulações desenvolvidas por Amartya Sen, especialmente no que se refere à ausência de discussões que levem em conta as relações de poder e que dêem maior consequência à relação entre indivíduo e sociedade. Serão apresentadas, ao mesmo tempo, evidências de que a perspectiva seniana não se constitui em alternativa ao discurso dominante na economia, tanto na sua intenção mais analítica quanto na sua orientação mais normativa. O que pode ser concluído é que suas formulações se apresentam, mais propriamente, como uma sofisticação teórica dos princípios que atualmente regem o liberalismo. Não vai, portanto, muito além do que já está sendo adotado enquanto referência governamental pela maior parte dos países.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Liberdade. Poder. Liberalismo. Amartya Sen.

Abstract

As evidenced in the title, this article presents a critical analysis of several proposals developed by Amartya Sen. It makes two central critiques of Sen's work; highlighting the absence of arguments that take into account relationships of power, as well as the lack of an emphasis on the relationship between the individual and society. At the same time, evidence will be presented that Sen's perspective is not an alternative to the dominant economic discourse, neither in its analytic intent or its normative orientation. One can conclude that his proposals are presented, more appropriately, as a sophisticated theory of the principles that presently govern liberalism. Therefore, his formulations do not differ much from those that are currently being implemented in the majority of countries.

Keywords: Development. Freedom. Power. Liberalism. Amartya Sen.

¹ Doutorando pelo CPDA/UFRRJ, bolsista do CNPq. Quero registrar meu agradecimento a Nelson Delgado pela frutífera interlocução e pelo apoio à publicação desse artigo.

A essência da filosofia liberal é a crença na dignidade do indivíduo, em sua *liberdade de usar ao máximo suas capacidades e oportunidades de acordo com suas próprias escolhas*, sujeito somente à obrigação de não interferir com a liberdade de outros indivíduos fazerem o mesmo.²

Com o artigo que ora se apresenta, tem-se o propósito de realizar um breve debate teórico tomando como alvo central algumas das proposições desenvolvidas por Amartya Sen contidas especialmente, mas não exclusivamente, no seu livro de maior circulação, *Desenvolvimento como liberdade*.

Sen é um economista indiano que além de atuar em importantes universidades da Índia, Inglaterra e EUA, ocupou papel importante no Banco Mundial e ganhou grande projeção ao ser laureado com o Prêmio Nobel de Economia no ano de 1998. Também é de sua autoria o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano –, que foi adotado pela ONU e se consolidou como a principal referência para medir o nível de desenvolvimento de determinado território.

Em relação a sua teoria o que é frequentemente destacado diz respeito a sua ousadia em trazer para o campo da Economia questões que são mais comumente debatidas no campo da Filosofia³ e nas outras Ciências Sociais (nomeadamente Sociologia e Ciência Política), que, em certa medida, fez “suavizar” (ou talvez humanizar) a aridez que por vezes caracteriza esta disciplina – o que não significa dizer que tenha produzido uma teoria de fácil compreensão, muito pelo contrário. Articulando e adaptando uma série de conceitos, como capacidades, funcio-

² Milton Friedman (1977 [1962], p. 165, grifos acrescentados), Prêmio Nobel de Economia em 1976.

³ Sen recupera as origens da Economia como estando lastreadas em duas vertentes: uma na ética e outra na engenharia. A primeira remete a Aristóteles e vincula a Economia às finalidades humanas; a segunda “caracteriza-se por se preocupar principalmente com a questão da logística, e não com os fins últimos, com o que favoreceria o ‘bem do homem’ ou com a questão ‘como se deve viver?’” Este segundo enfoque tem em Leon Walras e em William Petty alguns de seus precursores (Sen, 1992, p. 105-106). Assim, sua ousadia consiste, basicamente, em fazer emergir o que havia sido “esquecido” pelo discurso dominante na Economia.

namento,⁴ agente, liberdade... suas proposições ganharam um corpo bastante coerente e consistente – ao menos na aparência – e vêm servindo de referência para muitos acadêmicos e agentes de desenvolvimento, desde aqueles mais “progressistas” àqueles mais “liberais” (ou, se preferir, neoliberais).

A discussão que será conduzida aqui tentará desvelar certas lacunas e incongruências em seu trabalho e, ao mesmo tempo, questionar algumas opções que, se não estão explícitas, estão ao menos subjacentes nas suas análises.⁵ Refiro-me, especialmente, à ausência de uma discussão que leve em consideração as relações de poder, tanto no que diz respeito às relações entre países quanto àquelas situadas em um plano micro. Dessa constatação deriva outra observação que se refere a sua acentuada crença na capacidade de transformação que está nas mãos do agente que, para ele, pode ser o “dono do seu destino”. Também se apontará evidências de que Sen não foi tão original em suas proposições quanto faz crer pela adesão que conquistou, ainda que se deva reconhecer sua extrema capacidade de recolher contribuições de muitos e importantes autores de diversas áreas do conhecimento. O que parece estar mais saliente em sua teoria é uma considerável contribuição a uma sofisticação, ou mais propriamente a uma consolidação dos princípios atuais do liberalismo.

Uma consideração que deve ser acrescentada é que ao se realizar uma crítica a uma forma de ver e analisar a realidade se estará, inevitavelmente, explicitando opções teóricas realizadas e, conseqüentemente, outra maneira de perceber a realidade a partir de outros modelos analíticos. Ainda que este posicionamento pareça óbvio, ele é importante no sentido de destacar, desde já, que o que se tem produzido nas Ciências Sociais sempre carrega adesões e alvos, mesmo que de forma velada, como é mais

⁴ Em um de seus artigos (Sen, 1993, p. 315) esse conceito foi traduzido por “efetivações”.

⁵ Ressalva-se, também, o fato de essas discussões aqui promovidas buscarem apoio teórico mais propriamente no campo da Sociologia do que no da Economia, área na qual Sen se inscreve.

freqüente. Isto é parte do “jogo” acadêmico e, além de outros aspectos que devem ser considerados, é dessa forma que seus “jogadores” se fortalecem ou não. Nesse sentido, busquei explicitar as opções que até o momento me parecem as mais convincentes, tomando sempre como referência algumas questões contidas nas críticas a Sen. Importa salientar, ainda, que correrei o risco de ser injusto ou talvez de expor as minhas próprias limitações para compreender o conjunto das proposições desse autor.

Dividi este trabalho em três partes; na primeira busquei evidenciar o problemático contido nas opções de Sen, centrando o foco na sua noção de “liberdade” e de “agente”; na segunda parte situo o debate teórico sobre o “poder”, optando pelas contribuições de Elias, Foucault e Bourdieu; e por fim concluo discutindo a pertinência de se considerar as proposições de Sen alternativas diante do pensamento dominante na Economia. Como se perceberá, fiz uso recorrente das notas de rodapé como um recurso que também faz parte dessa explicitação de debates e posições em torno de questões que também estão contidas no trabalho de Sen. Observo que as citações em outro idioma aparecem traduzidas (tradução livre) no corpo do texto e mantido o conteúdo original em notas de rodapé.

Desenvolvimento como liberdade: mudar para conservar

Deve ser observado, logo de saída, que ao defender o desenvolvimento como “um processo de expansão das liberdades reais”, ignorando as relações de poder que atravessam a sociedade, Sen (2000, p.17) incorre em um pressuposto um tanto quanto ilusório: o de que possa existir uma liberdade real. É marcante e recorrente a defesa que faz da liberdade⁶

⁶ Cohen (1993, apud Benicourt, 2005, p. 53) também fala da ambigüidade e obscuridade dos conceitos de funcionamento e capacidade e considera exagerada essa atenção dedicada por Sen à idéia de liberdade: “Em minha opinião, Sen exagerou o lugar dado à liberdade dentro da norma igualitária” (a mon sens, Sen a exagéré la place donée à la liberté dans la norme égalitaire).

como uma condição para o bem-estar individual e social e ao mesmo tempo um fim em si mesma. O que é por ele ignorado é que ao se levar em conta que a realidade é um efeito de lutas sociais e, ao mesmo tempo, que essa realidade “é o lugar de uma luta permanente para definir a ‘realidade’” (Bourdieu, 1998a, p. 118), chega-se à conclusão de que a conquista da liberdade sempre será, no máximo, uma possibilidade relativa. Pode-se acrescentar que a própria pertinência analítica e normativa da noção de liberdade fica sob suspeita quando se passa ao largo destas questões – como pode ser depreendido dos escritos de Sen. Ao mesmo tempo, porém, ela se transforma em uma noção imprópria na medida em que se desenvolve uma análise que dê conta de dissecar as relações de poder que imperam na sociedade. Nesse sentido, o que aparenta coerência na conjunção conceitual e teórica presente em suas análises, vai se transformando em uma conjunção bastante confusa.

O desenvolvimento⁷ pode ser – e constantemente é – defendido como um processo que se define enquanto uma “engenharia social”. Ou seja, ao se referir a “desenvolvimento”, “subdesenvolvimento”, “políticas para o desenvolvimento”, etc, está-se pressupondo um conjunto de critérios objetivos que deve estar previsto quando se quer alcançar o bem estar individual e coletivo. Busca-se atingir estes critérios a partir de uma intervenção planejada e avaliada com vistas à transformação de uma dada realidade e tem o sentido mesmo da construção de sujeitos desenvolvidos. Trata-se, portanto, de uma categoria teórica, na medida em que pode reunir um conjunto de elementos a conformar um modelo abstrato como ponto de referência em discussões teóricas, mas também operativa, no sentido de que constituirá parâmetros a serem aplicados a uma realidade objetiva. Por isso mesmo, estas propostas de desenvolvimento costumam ser fonte constante de críticas e fracassos, pois

⁷Tornou-se lugar-comum nos textos que discutem o desenvolvimento fazer um diferenciação entre o que se pretende com este termo e aquilo que está previsto na noção de crescimento econômico, sempre se acentuando que um não leva ao outro necessariamente. Ainda que muitos economistas não tenham compreendido – ao menos na prática – este fato, ele é tomado aqui como óbvio.

costumeiramente são pensadas e aplicadas por agentes externos (ONGs, Banco Mundial, Agências Governamentais...) o que, se não tratadas de forma bastante criteriosa, produz muitas distorções sob vários pontos de vista,⁸ especialmente aquelas relacionadas a orientações etnocêntricas.

Adotando a noção de “desenvolvimento como liberdade”, Sen pretende uma fórmula universal, um parâmetro a ser verificado em qualquer situação, desde as condições presentes na Índia, com sua sociedade altamente estratificada, até na França, que se orgulha do seu lema “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. Com tal pretensão, esta noção só pode continuar a ter um sentido apenas filosófico, totalmente vazio para os objetivos de uma engenharia social. Mesmo que certas liberdades sejam relativizadas para cada caso, como sempre faz questão de acentuar Sen, o que dá sustentação às suas proposições segue uma certa lógica dominante. Nesse visível esforço por demonstrar a centralidade dessa noção de liberdade e conceder a ela um estatuto teórico e ao mesmo tempo normativo, Sen produz um discurso circular e vicioso, que está sempre se retroalimentando: é a liberdade que deve estar na origem e no final; ela “é necessária e suficiente para a responsabilidade” (Sen, 2000, p. 322). Assim, essa noção não parece ser portadora de um sentido de mudança real, pois é como se o movimento que enseja se originasse em uma força centrípeta voltada para o próprio interior, o que, analogamente, seria o inverso de um movimento com força centrífuga, com potencial de expansão e de rompimento com o *status quo* estabelecido. É um discurso

⁸ Para uma discussão profundamente crítica e instigante a respeito do desenvolvimento veja o excelente artigo de Rist (2000). É dele a seguinte constatação: “o desenvolvimento está intimamente ligado aos valores da cultura ocidental (racionalidade, utilitarismo, produtivismo, liberdade, igualdade, etc.) e às práticas que a caracterizam (ampliação do sistema de mercado, industrialização, etc.). De fato, nenhuma outra sociedade se construiu ao redor de projeto semelhante, privilegiando a acumulação em todas suas formas, mediante o domínio da natureza e a transformação das populações em exércitos de assalariados” (“el desarrollo está íntimamente ligado a los valores de la cultura occidental (racionalidad, utilitarismo, productivismo, *libertad*, igualdad, etc.) y a las prácticas que la caracterizan (ampliación del sistema de mercado, industrialización, etc.). En efecto, ninguna otra sociedad se construyó en torno a proyecto semejante, privilegiando la acumulación en todas sus formas, mediante el dominio de la naturaleza y la transformación de las poblaciones en ejército de asalariados”) (p. 134-135, grifo acrescentado). Crítica semelhante pode ser encontrada em Polanyi (1999).

muito parecido⁹ – em que pese sua acentuada sofisticação teórica – ao de Milton Friedman, exposto, sem meias-palavras, em seu livro *Capitalismo e Liberdade*:

Ao desenvolver-se em fins do século XVIII e princípios do século XIX o movimento intelectual que tomou o nome de liberalismo enfatizava a liberdade como objetivo último e o indivíduo como a entidade principal da sociedade. O movimento apoiou o *laissez-faire* internamente como uma forma de reduzir o papel do Estado nos assuntos econômicos, ampliando assim o papel do indivíduo; e apoiou o mercado livre no exterior como um modo de unir as nações do mundo pacífica e democraticamente. No terreno político, apoiou o desenvolvimento do governo representativo e das instituições parlamentares, a redução do poder arbitrário do Estado e a proteção das liberdades civis dos indivíduos (Friedman, 1977 [1962], p. 14).

Em certa medida Sen reconhece o quão problemático é o emprego dos conceitos centrais de sua teoria, mas já se previne dessas críticas ao considerar que “é mais importante ser vagamente correto do que precisamente errado” (Sen, 1993, p. 320). Talvez por isso, devido a essa falta de precisão, se reúna ao redor de suas teorias um amplo leque de possibilidades. Como bem percebe Bénicourt (2004, p. 84), “Se ele recolhe o consenso, pode ser porque cada um pode encontrar o que quer dentro do seu discurso confuso”.¹⁰

Tomemos agora, respectivamente, as noções de desenvolvimento e de agente sugeridos por Sen:

desenvolvimento é a eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente (2000, p. 10).

⁹ A própria frase da epígrafe poderia ser tomada como uma citação de Sen. Claro que esta comparação é uma provocação, tem o objetivo apenas de levar ao extremo algumas evidências que apontam para a convergência entre este dois autores, Friedman declaradamente liberal e Sen supostamente liberal.

¹⁰ “S’il recueille le consensus, c’est peut-être parce que chacun peut trouver ce qu’il veut dans son discours confus”.

Estou utilizando o termo *agente* (...) em sua acepção mais antiga – e mais “grandiosa” – de alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo (p. 33).

A adoção da noção de agente, em torno da qual se estrutura toda sua teoria, não parece ser diferente daquela proposta pela Teoria da Ação Racional (ou do Individualismo Metodológico), uma vez que ele parte do pressuposto de que os agentes em geral são reflexivos acerca de sua ação e situação cotidiana. Com este posicionamento ele parece centrar o seu olhar no topo da sociedade e não na sociedade como um todo. Produz, dessa forma, uma visão idealista que raramente pode ser adotada como pressuposto para uma ação com vistas ao desenvolvimento. O que se verifica majoritariamente na sociedade são agentes que atuam cotidianamente sem estar a todo o momento calculando, avaliando ou refletindo acerca de seus atos. O que se processa é uma economia das práticas, em que tempo e outros recursos são limitados e, portanto, as iniciativas de ação se dão concernidas pelas estruturas objetivas (campo, espaço social) e pelas estruturas mentais (*habitus*) (Bourdieu, 1998a). O conceito de *agente social* conforme está previsto na definição de Bourdieu, ou seja, como aqueles indivíduos que tanto estão expostos à ação do interior (mental) e do exterior (social), quanto, da mesma forma, são produtores da ação, parece mais adequado, uma vez que é mais conseqüente com a construção social do indivíduo pautado pelas dimensões diacrônica e sincrônica.

Da mesma forma, no contexto atual, em que a realidade de um país está diretamente influenciada pela configuração do poder geopolítico-econômico,¹¹ não é possível acreditar que a transformação social ou mesmo individual dependa da condição de agente do indiví-

¹¹ Hall (1998), discutindo a identidade na pós-modernidade, identifica a ocorrência de uma “Geometria do Poder” especificamente engendrada pela globalização. Também acerca dessa nova configuração global ver Hardt e Negri (2001).

duo. A título de exemplo, faz tempo desenrola-se um grande debate público em relação ao acentuado índice de desemprego entre os jovens franceses (e na Europa em geral), situação essa ocasionada, em grande medida, pela “deslocalização” das empresas para países do Leste Europeu ou para a Ásia. Este tema não é abordado com suficiente relevância na discussão sobre o desenvolvimento proposta por Sen. O que pode ser encontrado são formulações genéricas, como a que ocorre na parte em que Sen discute o papel do mercado e do Estado a partir de uma suposição ilustrativa ideal, que não encontra lastro na complexa realidade atual:

Não há razão por que os interesses adquiridos devam vencer se forem permitidas e promovidas as discussões abertas. Exatamente como ilustra o célebre argumento de Pareto, pode haver mil pessoas cujos interesses são em parte prejudicados pela política que atende generosamente aos interesses de um empresário, mas, uma vez que a situação seja entendida com clareza, pode não faltar maioria que se oponha a essa reivindicação específica. Esse é um campo ideal para mais discussão pública sobre as alegações e contra-alegações das diferentes partes, e no teste da democracia aberta o interesse público pode muito bem ter excelentes chances de vencer a ardorosa defesa da roda seleta dos interesses adquiridos. Aqui também, como em muitas outras áreas examinadas neste livro, o remédio tem de basear-se em mais liberdade – incluindo a liberdade de discussão pública e de decisões participativas sobre as políticas. Mais uma vez, uma liberdade de determinado tipo (neste caso, a liberdade política) pode ser vista como auxiliar da realização de outras liberdades (particularmente a da abertura da economia) (Sen, 2000, p. 148).

Essa fala pode ser considerada ingênua, caso não se verifique nas suas entrelinhas uma defesa do livre mercado nos moldes como vem sendo aplicado pelas experiências neoliberais. Ora, o que está em jogo são interesses e o poder para fazer valer estes interesses. Levando isso em conta, mesmo considerando a possibilidade remota de ocorrência da situação hipotética proposta anteriormente, as “armas” de luta emprega-

das nessa arena iriam muito além da liberdade de acesso e manejo de informações, argumentações e contra-argumentações.¹² O processo de racionalidade neste caso é muito mais complexo, pois se põe sobre a mesa não apenas elementos objetivos, mas também aqueles simbólicos que não compõem o processo argumentativo, mas influem no convencimento. Além disso, deve-se ter em vista que a racionalidade está fundamentada historicamente, o que a faz limitada. Nesse sentido, quando Sen (2000, p. 284) conclui, juntamente com Aristóteles, “que o futuro pode ser moldado por nós”, desde que nos baseemos na razão, ele está professando uma crença exagerada no poder da razão, o que o faz aproximar-se muito do pensamento produzido pelo Iluminismo que fez gerar o mito da soberania da racionalidade. Em relação a isso, concorda-se com Bourdieu (1995, p. 87) quando este destaca que:

A racionalidade é limitada não apenas porque a informação disponível é limitada e a mente humana é genericamente limitada, é dizer que não tem maneira de conceber integralmente todas as situações, sobretudo na urgência da ação, mas também porque a mente humana é socialmente limitada, socialmente estruturada, já que sempre permanece, queira-se ou não, encerrada – salvo que tome consciência disso – “dentro dos limites do seu cérebro”, como dissera Marx, isto é, dentro dos limites do sistema de categorias herdado de sua formação.¹³

¹² Mesmo em Habermas (1994), que desenvolveu toda uma complexa teoria da ação comunicativa, já se alertava para o fato de que o mundo da vida está freqüentemente colonizado pelas esferas econômica e política, fazendo gerar uma forma de racionalidade instrumental e outra forma estratégica, produzindo, assim, uma distorção na racionalidade comunicativa que presumivelmente, como acredita Sen, deveria imperar numa situação como a exemplificada.

¹³ “La racionalidad es limitada no solo porque la información disponible es limitada y la mente humana es genericamente limitada, es decir que no tiene manera de concebir integralmente todas las situaciones, sobre todo en la urgencia de la acción, sino también porque la mente humana es socialmente limitada, socialmente estructurada, ya que siempre permanece, quiera-se o no, encerrada – salvo que tome conciencia de ello – “dentro de los limites de su cerebro”, como dijera Marx, esto es, dentro de los limites del sistema de categorías heredado de su formación”.

Um outro exemplo que também é ilustrativo no que se refere a expor os complicadores de um discurso centrado nessas noções nebulosas de liberdade e de agente, é a questão da “guerra fiscal” que ocorre freqüentemente no Brasil. Um caso emblemático, nesse sentido, foi o que se deu em relação à empresa Ford que se instalou na Bahia, mas não sem antes ampliar consideravelmente suas perspectivas de lucro como resultado de uma acirrada “queda-de-braço” entre este Estado e o Rio Grande do Sul pela concessão dos maiores benefícios a sua instalação.¹⁴ A crise dos sindicatos é também sintomática dessa “liberdade” proposta por Sen. Os mil que no exemplo de Pareto estão se sentido prejudicados, correm o risco de serem ainda mais prejudicados, pois como temos visto, é a partir desse argumento da liberdade (livre negociação, como quer Sen) que os sindicatos estão cada vez mais enfraquecidos. Assim, não há razão para acreditar, conforme os elementos trazidos à baila por Sen, que um empresário, diante da possibilidade de auferir lucros ainda maiores, irá ceder aos argumentos políticos.¹⁵ Se assim ocorresse, não haveria tanta concentração de riquezas nas mãos de tão poucos, pois a imagem da fome, do desemprego, da doença, da ignorância etc, já seria expressão suficiente de uma realidade que assume a força de um “soco no estômago”, mas, como se vê, não tem induzido a uma tal sensibilização. Nesse sentido, como falar de restrições às liberdades dos agentes sem levar em consideração o poder e os interesses das grandes empresas, dos países e dos grupos políticos que têm hegemonia ante os acordos internacionais, dos jogos de interesses que

¹⁴ Além da questão econômica, esteve em jogo neste caso uma importante dimensão política, capitalizada, ou não, por agentes políticos em ambos os Estados. Isto ocorreu no primeiro semestre de 1999 e até hoje produz efeitos na política local e mesmo nacional.

¹⁵ Poder-se-ia citar muitos outros exemplos, como foi o dos transgênicos “que nos foi empurrado goela abaixo” pelas grandes empresas interessadas (da mesma forma que fizeram com a lei de patentes), ou ainda, o caso das indústrias de celulose que vêm causando forte impacto social e ambiental nos lugares onde se instalam (veja, nesse sentido, a forte polêmica que está estabelecida, nesse momento, entre Argentina e Uruguai – com repercussões regionais – acerca de uma empresa de celulose que está se instalando na fronteira entre os dois países).

fazem com que países poderosos instituíam ou destituam presidentes, promovam guerras, imponham sanções ou bloqueios econômicos e políticos...?

Mesmo se partirmos para uma análise das relações diádicas que se desenrolam no dia-a-dia no plano de uma comunidade ou entre esposa e esposo, por exemplo, nunca se deve desconsiderar o fato de que o que se encontra em relação são posições sociais. Dessa forma, falar em agente na acepção utilizada por Sen, que põe grande peso no seu estatuto de indivíduo, é um equívoco, pois o que verdadeiramente existe é a pessoa. Ou seja, é o indivíduo posicionado na confluência de um conjunto de coordenadas sociais, ou, conforme a formulação de Radcliffe-Brown (1973, p. 221): “o ser humano como pessoa é um complexo de relações sociais”.¹⁶ Assim, o que se sobressai dessas considerações, tendo em vista uma discussão realista acerca das possibilidades de transformação da realidade e das relações sociais, é a necessidade de estar situada no centro do debate a questão do poder.

¹⁶ “el ser humano como persona es un complejo de relaciones sociales”. Se reconhece que este é um discurso profundamente estruturalista, que coloca exagerada ênfase no poder da sociedade sobre os indivíduos. O que se objetiva com esta posição, no entanto, é apontar para o outro extremo em relação ao individualismo metodológico e microeconômico adotado por Sen e grande parte dos economistas, especialmente os que estão em destaque no cenário atual. Com as discussões produzidas pela Nova Sociologia Econômica (NSE), corrente inspirada especialmente em Karl Polanyi (1886-1968), busca-se ir além dessa polaridade que se consolidou entre a Economia e a Sociologia e integrar as contribuições de ambas, privilegiando a dimensão histórica e os estudos empíricos. Para uma breve apresentação da NSE e de Polanyi, ver Vinhas (2001) e Polanyi (1999). No campo da Sociologia os posicionamentos de Bourdieu e Elias são indicações importantes no que concerne a essa discussão e uma tentativa de superação dessa polaridade sociedade e indivíduo: Elias (1994a) e Bourdieu (1998a). Claus Offe (1999) também reconhece essa polaridade e ao discutir a comunidade, o Estado e o mercado (paixão, razão e interesse, respectivamente) associados aos respectivos temas: pós-modernidade, democracia e globalização, irá propor um conjunto de argumentos apresentados como “as 6 falácias”, para relativizar todos os posicionamentos acerca dos pólos: muito Estado X pouco Estado; mercados auto-regulados X regulação do mercado; comunitarismo X fim das identidades comunitárias. Com preocupação semelhante Bebbington (1999) sugere a necessidade de um esquema analítico que ligue as noções mais materialistas de pobreza e de trajetórias de reprodução com outras mais hermenêuticas e centradas nos atores. As análises centradas nas redes também tentam dar conta dessas dimensões referentes às estruturas e à ação. Ver, além de autores da NSE, Ibarra et al (2002), dentre muitos outros.

Opções teóricas acerca do poder¹⁷

Em se tratando de um tema ambíguo e bastante controverso, possível de ser abordado a partir de diferentes perspectivas, entende-se como de extrema relevância discutir o poder de uma forma um pouco mais detida, no sentido de se desvencilhar das noções imperativas presentes no senso comum que costumemente o tratam como “algo” substancializado e normalmente associado prioritariamente às dimensões políticas e econômicas da vida social. Nesse sentido, comparativamente ao que defende Sen, a questão do poder também está presente nas mais variadas instâncias vividas pelo ser humano.

A idéia de poder é normalmente construída como se se tratasse de algo que está acessível a todos os indivíduos e como se estivesse na forma de um objeto que pode ser apropriado e utilizado da mesma forma que qualquer outra coisa que se deseja possuir: “algo assim como um objeto que pode ser colocado no bolso ou ser possuído de alguma outra maneira”¹⁸ (Elias, 1994b, p. 53). Tratada desta forma, a noção de poder presta-se a uma série de confusões nos diferentes campos em que se insere tal discussão. Ao tratar o poder como um “objeto” possuído por alguém, este fica reduzido a um tratamento dicotômico (os que têm e os que não têm poder) e por isso reducionista – ou até mesmo simplista –, uma vez que não se atenta para os diversos e complexos elementos que estão em jogo em cada caso. Ou seja, deve-se levar em conta que

Toda sociedade se vê atravessada por lutas e conflitos; sem dúvida, suas regras são observadas, mas também são interpretadas, deformadas e transgredidas pelos indivíduos ou grupos na busca pelo poder¹⁹ (Rist, 2000, p. 131).

¹⁷ Toma-se como referência para essa seção as discussões realizadas por Oliveira (2004).

¹⁸ “algo así como un objeto que puede ser colocado en el bolsillo o ser poseído de alguna outra manera”.

¹⁹ “toda sociedad se ve atravesada por luchas y conflictos; sin duda, sus reglas son observadas, pero también son interpretadas, deformadas y transgredidas por los individuos o los grupos en la búsqueda del poder”.

Assim sendo, adota-se aqui a perspectiva de que o poder só (e sempre) existe na forma relacional, ou seja, aquele indivíduo que em uma relação é detentor de determinados bens (simbólicos ou materiais) valiosos naquele espaço social, terá maior chance de exercer um poder relativo sobre aqueles sujeitos que não dispõem suficientemente de tais bens. É dizer que o poder está presente em todas as relações humanas e se expressa sob variadas formas. Como afirma Foucault (1999, p. 277), “não existe um único poder em uma sociedade, e sim relações de poder extraordinariamente numerosas, múltiplas, em diferentes âmbitos, nas quais umas se apóiam nas outras e nas quais umas se opõem a outras”.²⁰

Dado que o poder se expressa nas e a partir das relações sociais, ele é cambiante e nunca deve ser tomado como definitivo. Ou seja, os elementos que sustentam determinadas formas de poder em uma conjuntura específica podem ser transformados e, assim, produzirem-se mudanças em sua dotação e no seu exercício. Convém salientar que o poder (ou seus efeitos) não deve ser tomado, *a priori*, como algo positivo ou negativo, bom ou mau. Em relação a isso, muitos autores da Sociologia estão de acordo e assumem essa perspectiva como fundamento para analisar as relações de poder que imperam na sociedade. As divergências concentram-se mais especialmente nas formas como os autores analisam seus desdobramentos sobre os indivíduos. Nesse sentido, optou-se por apresentar, ainda que sucintamente, as contribuições de Bourdieu, Foucault e Elias, três autores contemporâneos que se dedicaram com especial afinco à discussão deste tema, convergindo em alguns aspectos e distanciando-se em outros. É nestes autores que se encontram fortes argumentos para se estabelecer uma crítica a Sen.

²⁰ “no existe un único poder en una sociedad, sino que existen relaciones de poder extraordinariamente numerosas, múltiples, en diferentes ámbitos, en los que unas se apoyan a otras y en las que unas se oponem a otras”.

Elias (1994b) propõe a noção de “equilíbrio flutuante de poder” para designar o estabelecimento de diferentes graus de poder no interior de uma rede de interdependência e a variação das diversas relações ao longo de um determinado período. Acentua-se, então, que o poder não é estático em seu nível e forma, transformando-se ao longo do tempo. O que define as características do poder, em determinado momento e lugar, é a própria dinâmica da relação à qual está subjacente. Para este autor, o que pressupõe uma relação de poder é a constatação da existência de

grupos ou indivíduos que podem reter ou monopolizar aquilo que outros necessitam [e, portanto], quanto maiores são as necessidades destes últimos, maior é a proporção de poder que detêm os primeiros²¹ (Elias, 1994b, p. 53-54).

Já em Foucault a noção de poder assume uma dimensão bastante ampliada e que perpassa toda sua obra. E talvez seja, dentre os autores apresentados, o que mais fortemente “polarizaria” com as teses de Sen. De fato, Foucault foi, provavelmente, o autor que mais atentamente se debruçou sobre este tema e formulou, ao longo de sua trajetória como pesquisador social, diferentes formas de expressão do poder, o que é ilustrado pelas noções de poder disciplinar, biopoder e “governamentalidade”. A presença de uma forte dimensão estrutural nas discussões que este autor promoveu – alvo de sérias críticas²² – apresenta um indivíduo que é atravessado pelo poder. Como ele mesmo sentenciava, “a relação de poder passa por nossa carne, por nosso corpo, por nosso sistema nervoso”²³ (Foucault, 1999, p. 275). Esta constatação o leva a concluir que é necessário

²¹ “grupos o individuos que pueden retener o monopolizar aquello que otros necesitan [e, por tanto], cuanto mayores son las necesidades de estos últimos, mayor es la proporción de poder que detentan los primeros”.

²² Ver, por exemplo, Merquior (1985, especialmente o capítulo VIII).

²³ “la relación de poder pasa por nuestra carne, por nuestro cuerpo, por nuestro sistema nervioso”.

deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos rituais da verdade [e, dessa forma], *o indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção* (Foucault, 1977, p. 172, grifo acrescentado).

Bourdieu, por sua vez, confere destaque especial a dois de seus conceitos para expor o que vem a ser o poder: trata-se das noções de campo e capital. A identificação do poder está delimitada pelos limites do campo no qual ele se expressa e exercerá poder aquele agente que detiver o maior volume daquele capital que é valorizado no campo em questão. Assim, é ilustrativo notar, simplificada, que determinado agente que possui um grande volume de capital econômico, mas apresenta um inexpressivo volume de capital cultural, poderá não exercer um poder que seja significativo no campo cultural e vice-versa. Os agentes

não têm outra escolha a não ser lutar para manterem ou melhorarem a sua posição no campo, quer dizer, para conservarem ou aumentarem o capital específico que só no campo se gera, contribuindo assim para fazer pesar sobre todos os outros os constrangimentos, freqüentemente vividos como insuportáveis, que nascem da concorrência (Bourdieu, 1998a, p. 85).

Vale acentuar que o poder não é exercido apenas entre agentes que se estabelecem internamente em um campo específico, ocorre também uma relação de poder entre os próprios campos constituídos. “O poder não se realiza e não se manifesta senão através de todo um conjunto de campos unidos por uma verdadeira *solidariedade orgânica* e, portanto, ao mesmo tempo diferentes e interdependentes” (Bourdieu, 1998b, p. 87). Assim sendo, a análise do poder neste autor não pode prescindir da análise dos campos (que por vezes é apresentada como “campo de poder” ou “campo de disputas”) e do capital dos agentes que ali estão em disputa.

Esta breve apresentação da noção do poder formulada a partir de diferentes perspectivas teóricas contribui para se ter uma dimensão de como o poder ocupa o centro de importantes discussões sociológicas. Ignorá-lo, portanto, é no mínimo uma displicência. Aliar as proposições heurísticas destes autores, especialmente no que se refere a noções como interdependência e capital, revela-se uma tentativa de compreender as relações sociais sem assumir uma postura ingênua que vê simetria e harmonia ou mesmo no sentido de atribuir grande poder transformador aos agentes enquanto indivíduos (como faz Sen) e, ao mesmo tempo, sem cair num posicionamento niilista segundo o qual o poder só se exerce subjugando o outro que, por sua vez, é reduzido a mero objeto de um poder externo. Ambas as posturas que assumem pólos opostos caem num reducionismo que não se verifica na realidade.

Na conclusão, a seguir, se retomará aspectos que estabelecem *links* com essa discussão acerca do poder.

Conclusão: mais do mesmo?

Se queremos realmente criar um mundo no qual homens e mulheres possam viver conforme suas culturas (...), preservar um meio ambiente que permita prosseguir a vida e construir (...) coletividades não desmembradas em indivíduos alentados unicamente pelo espírito de competição, mas unidas por laços sociais fortes, então devemos nos perguntar seriamente acerca do “modelo de desenvolvimento” que o Ocidente exporta desde cinco décadas, com os resultados conhecidos²⁴ (Rist, 2000, p. 149).

²⁴ “Si queremos realmente crear un mundo en el que hombres y mujeres puedan vivir según sus culturas (...), preservar un medio ambiente que permita proseguir la vida e construir (...) colectividades no desmembradas en individuos alentados únicamente por el espíritu de competencia, sino unidas por lazos sociales fuertes, entonces debemos preguntarnos seriamente acerca del “modelo de desarrollo” que Occidente exporta desde hace cinco décadas, con los resultados conocidos”.

Em certa medida, a questão que vem permeando este trabalho é a seguinte: a abordagem seniana pode ser considerada uma perspectiva alternativa dentro da Economia?

Considero que ao “levar ao forno” essa massa bastante densa de argumentos trabalhada por Sen, o que se extrai não vai muito além daquilo que já se alcançou com outros autores.²⁵ Não há dúvidas de que o que está em jogo quando se pensa o bem-estar de um indivíduo de fato diz respeito a muitas dimensões que não são solucionadas quando se resolve apenas o problema da renda. Um indivíduo quando nasce tem que se alimentar, receber carinho, brincar, ter acesso à saúde, educação, emprego, lazer, direitos e deveres sociais... enfim, muitos outros aspectos poderiam ser agregados a esta lista, mas a questão central é: como construir uma sociedade na qual estejam previstos todos estes aspectos, ou então, nos termo de Sen, como dotar o agente dos instrumentos básicos para construir sua vida dotada de bem-estar? Isso Sen não responde. Ou então, para ele, talvez a resposta já esteja sendo aplicada e se expandindo para todos os cantos da Terra, bastando apenas aperfeiçoar-se. Tal provocação é alimentada pela ausência evidente em seus escritos de uma crítica a este modelo de desenvolvimento no qual, ao que parece, já está fortemente incorporado o discurso da liberdade.

²⁵ Bénicourt (2004, p. 84) é ainda mais contundente em sua conclusão a respeito das proposições de Sen ao considerar que ele “é um economista claramente ortodoxo no que concerne sua visão da economia e do papel dos mercados, que ele não propõe nada de preciso (ou de original) no que concerne à resolução de problemas tais como o da pobreza, e que sua doutrina ética multicritérios não faz sentido, por razões tão antigas quanto a filosofia” (“est un économiste tout à fait orthodoxe en ce qui concerne sa vision de l'économie et du rôle des marchés, qu'il ne propose rien de précis (ou d'original) en ce qui concerne la résolution de problèmes tels que la pauvreté, et que sa doctrine éthique multicritères ne tient pas la route, pour des raisons aussi anciennes que la philosophie”). Ver também Bénicourt (2005). A favor de Sen e em resposta às críticas desta autora ver: Farvaque e Robeys (2005). Para outras discussões que são favoráveis e se apropriam das proposições de Sen ver Kühn (2004), Salais (2005), Bonvin (2005), Romano (2002, com ressalvas acerca da questão do poder), dentre muitos outros. Indicações de outras bibliografias críticas a Sen são citadas em Farvaque e Robeys (2005).

Como bem salienta Bénicourt (2004, p. 82), fazendo referência ao Estado presente na visão de Sen,

Bastará provocar esse processo, e tudo irá para o melhor no melhor dos mundos... Este discurso usual (e contraditório) está na base dos planos de ajustamento estrutural preconizados para os países em via de desenvolvimento: o Estado garante estruturas “sãs e sólidas”, em base às quais o mercado se desabrochará. Evidentemente que Sen não formula as coisas dessa forma, mas a idéia é a mesma – ao menos (diferentemente de Joseph Stiglitz,²⁶ outra vedete do momento), ele jamais a criticou pública e claramente.²⁷

Em *Desenvolvimento como liberdade* e em outros escritos Sen dedica grande atenção à relação que deve ser estabelecida entre Estado e mercado, mas não se encontra nada que vá muito além daquilo que já está presente nas recomendações promovidas pelos economistas das organizações internacionais (FMI, Banco Mundial). Ou seja, segue a lógica aderida à idéia de “boa governança”, qual seja: a de que o Estado dever ser responsabilizado apenas pelo mínimo e nisso ser eficiente.

Deve-se ressaltar, ainda, que dentre as principais fontes de privação de liberdade no mundo, identificadas por Sen como a “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (2000, p.18), ele deixou de incluir um outro elemento que, aliás, deveria vir antes de todos estes: o da riqueza. Compartilho com Sen a dificuldade em

²⁶ Que também recebeu o prêmio Nobel de Economia no ano de 2001.

²⁷ “Il suffirait ainsi de ‘déclencher’ ce processus, et tout irait pour le mieux dans le meilleur des mondes ... C’est le discours usuel (et contradictoire) à la base des plans d’ajustement structurel préconisés pour les pays en voie de développement : l’Etat met en place des structures ‘saines et solides’, sur la base desquelles le marché s’épanouit. Sen ne formule évidemment pas les choses ainsi, mais l’idée est la même – du moins (à la différence de Joseph Stiglitz, autre vedette du moment), il ne l’a jamais critiquée publiquement et clairement”.

entender como uma ordem mundial compassiva pode incluir tanta gente atormentada pela miséria extrema, pela fome persistente e por vidas miseráveis e sem esperança, e por que a cada ano milhões de crianças inocentes têm de morrer por falta de alimento, assistência médica ou social (Sen, 2000, p. 320).

Também não consigo entender – com o mesmo nível de indignação – como essa mesma ordem mundial que produz essa realidade apontada por Sen seja complacente com a possibilidade de alguns jogadores de futebol ganharem, num único mês, 200 mil dólares, ou que permita a existência de alguns “Bill Gates”, “George Soros”, hotéis 5 estrelas e muitos outros absurdos que atentam contra a humanidade na mesma intensidade que seu oposto, expresso pela miséria e agonia de muitas populações.

Algo que também não foi levado em conta é que o padrão de acumulação estabelecido no mundo – que tem por referência o modo de vida ocidental e, especialmente, aquele dos países do Norte – nunca irá permitir que se eliminem todas as restrições ao bem-estar do indivíduo e o constitua como agente – ainda que todos os esforços fossem envidados nesse sentido –, pois não haveria meio ambiente suficiente para suportar tal demanda.²⁸ Nesse sentido, o que Sen também não ousou agregar em suas análises foi uma discussão (que será inevitável em algum momento) acerca da justiça social e o meio ambiente. Ou seja, suprimir as restrições enfrentadas pela grande massa de excluídos de qualquer bem-estar (mas incluídos e fundamentais ao sistema vigente) é tão urgente quanto eliminar a ponta dessa pirâmide social. Ambas as ações devem contar com agentes atuantes politicamente, mas também, e principalmente, com a intervenção de um agente com poder legitimado para tal: um Estado que vá além do mínimo proposto pelo neoliberalismo e que é reafirmado por Sen.

²⁸ “Os padrões de vida do Ocidente e o modo de vida que eles tentam atingir e imitar constituem um bem ‘posicional’ que não pode ser universalizado (por razões de recursos ecológicos)” (Offe, 1999, p. 126).

Está óbvio que se trata de uma resposta insuficiente e que pode apontar para um erro oposto a este denunciado em Sen. De fato, a relação entre Estado e mercado está cada vez mais complexa, o que afasta qualquer pretensão de se produzir um modelo universal e atemporal que deva ser imposto a todos os países, como temos assistido nos últimos tempos. Também não se trata aqui de defender “a revolução” como única via de transformação de fato, a derrubada da burguesia e a emergência da “ditadura do proletariado”. De todas as formas, está cada vez mais claro que não se resolverá os problemas diagnosticados por Sen sugerindo “mais do mesmo”. Uma leitura foucaultiana identificaria nas teses de Sen um discurso normalizado, ou seja, uma reflexão que funciona conforme as normas estabelecidas na sociedade atual e por isso aceito e valorizado como interlocutor legítimo. Seria necessário, como propõe Foucault, fazer uma genealogia dessas normas ou, como sugere Bourdieu, buscar os fundamentos históricos dessa racionalidade dominante, para se dar conta da base arbitrária sobre a qual ela se constituiu.

Deve ser salientado, para finalizar, que fazer ciência é romper com o que está posto e explicitar o implícito, é denunciar o arbitrário que se apresenta como inevitável e impede as mudanças sociais. Somente dessa forma, na condição e juntamente com os agentes políticos, poderemos influir em novas escolhas que agreguem mais poder aos que buscam a transformação social.

Referências

BEBBINGTON, A. *Capitals and capabilities*. A framework for analysing peasant viability, rural livelihoods and poverty in the Andes. London: IIED-DFID; Policies that work for Sustainable Agriculture and Regenerating Rural Economies, January 1999. 54p.

BÉNICOULT, E. Contre Amartya Sen. *L'économie politique*, n. 23, p. 72-84, jul./ago./set. 2004.

- BÉNICOURT, E. Sen: du texte à ses interprétations. *L'économie politique*, n. 27, p. 52-58, jul./ago./set. 2005.
- BONVIN, J. M. La démocratie dans l'approche d'Amartya Sen. *L'économie politique*, n. 27, p. 24-37, jul./ago./set. 2005.
- BOURDIEU, P. Habitus, illusio y racionalidad. In: BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *Respuestas, por una antropología reflexiva*. Mexico: Grijalbo, 1995. p. 79-99.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro; Lisboa: Editora Bertrand, 1998a.
- _____. *Meditações pascalianas*. Oieras: Celta Editora, 1998b.
- ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a.
- _____. *Conocimiento y poder*. Madrid: La Piqueta, 1994b.
- FARVAQUE, N.; ROBEYNS, I. L'approche alternative d'Amartya Sen. *L'économie politique*, n. 27, jul./ago./set. 2005, p. 38-51.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. *Estratégias de poder*. Barcelona/ Buenos Aires: Paidós, 1999.
- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Arte Nova, 1977 (1962).
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa: complementos e estudios previos*. Madrid: Cátedra, 1994.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- IBARRA, P.; GOMÀ, R.; MARTI, S. “Los nuevos movimientos sociales: el estado de la cuestión”. In: IBARRA, P.; MARTI, S.; GOMÀ, R. (Coords.). *Creadores de democracia radical: movimientos sociales y redes de políticas públicas*. Barcelona: Icaria Editorial, 2002, p. 23-55.
- KÜHN, D. *Operacionalizando os conceitos senianos: o microcrédito em Constantina/RS*. Porto Alegre, 2004, digital (sem detalhes da referência).
- MERQUIOR, J. G. *Michel Foucault, ou o niilismo de cátedra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- OFFE, C. A atual transição da história e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Orgs.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Enap, 1999.

OLIVEIRA, V. L. *A impossível simetria: distinção, interdependência e poder na relação entre agricultores ecologistas e mediadores sociais*. Porto Alegre: UFRGS: Programa da Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. (Dissertação de Mestrado).

POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. [1940] Estructura social. In: *Estructura e función en la sociedad primitiva*. Ediciones Península, 1973. p. 215-232.

RIST, G. La cultura y el capital social: cómplices o víctimas del desarrollo? In: KLIKSBERG, B.; TOMASSINI, L. (Comp.). *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. Buenos Aires: BID; Fundación Felipe Herrera; Universidad de Maryland; Fondo de Cultura Económica, 2000. p. 129-150.

ROMANO, J. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANO, J.; ANTUNES, M. (Orgs.). *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, dez. 2002. p. 9-20.

SALAI, R. Le projet européen à l'aune des travaux de Sen. *L'économie politique*, n. 27, p. 8-23, jul./ago./set. 2005.

SEN, A. Comportamento econômico e sentimentos morais. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo: Marco Zero, n. 25, p. 104-130, 1992.

_____. O desenvolvimento como expansão de capacidades. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo: Marco Zero, n. 28/29, p. 313-334, 1993.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VINHAS, V. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social (social embeddedness). *Econômica: Revista do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFF, Niterói: UFF*, v. 3, n. 2, dez. 2001, p. 207-230.

Recebido em: 12/03/2007

Aceito em: 31/07/2007